



TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:

11.694.014/2025 - SEMSA/PMC

1. OBJETO

- 1.1. Realização de **PREGÃO ELETRÔNICO** para **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E EQUIPAMENTOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CALÇOENE**, conforme condições, quantidades, e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. Considerados os padrões de qualidade e desempenho objetivamente definidos neste instrumento, os bens a serem adquiridos possuem natureza comum, podendo ser objetivamente definidos num Edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021.
- 1.3. A presente contratação envolve a realização de compra, definida nos termos do art. 6º, inciso X, da Lei nº 14.133/2021.
- 1.4. O presente estudo deverá ser concretizado para a realização de licitação, na forma eletrônica, utilizando a plataforma oficial do Governo Federal www.compras.gov.br.
- 1.5. A presente aquisição tem previsão no Plano Anual de Contratações do Município de Calçoene, divulgado pelo Decreto nº 374/2024-GAB/PMC, com previsão para compra em 2025.

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. A presente licitação tem como objetivos: assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajosa para a Administração Municipal; assegurar tratamento isonômico e a justa competição; evitar contratações com sobre preço, superfaturamento ou preços manifestamente inexequíveis; e incentivar a inovação e o desenvolvimento sustentável.
- 2.2. Compõem princípios da presente contratação a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade, a eficiência, o interesse público, a probidade administrativa, a igualdade entre os licitantes, o planejamento, a transparência, a eficácia, a segregação das funções, a motivação, a vinculação ao instrumento convocatório, o julgamento objetivo, a segurança jurídica, a razoabilidade, a competitividade, a proporcionalidade, a celeridade, a economicidade e o desenvolvimento nacional sustentável, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/21, acrescidos da padronização, do parcelamento (quando viável e economicamente vantajoso) e da responsabilidade fiscal.
- 2.3. A presente contratação será processada mediante **PREGÃO ELETRÔNICO**, sendo a modalidade preferencial quando há indicação de padrões de desenvolvimento e qualidade, conforme estabelece o art. 29 da Lei nº 14.133/21. O certame utilizará o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, tendo em vista a flexibilidade do Município em adquirir ou não o objeto ao longo do tempo, nos termos do art. 83 da citada Lei.



- 2.4. Conforme demonstrado em Estudo Técnico Preliminar, e sem causar prejuízo à competitividade do certame, serão utilizados materiais e tecnologias disponíveis no município de Calçoene para execução, conservação e operação dos bens que compõem o presente objeto licitatório.
- 2.5. O critério de julgamento utilizado será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, devido ao grande número de itens semelhantes, mostrando-se vantajoso o agrupamento. Ademais, de acordo com a especificidade da licitação, que comporta mais de uma centena de itens, realizar a adjudicação por cada item poderia levar a dezenas de contratos com vários fornecedores, o que iria impactar negativamente na gestão e fiscalização contratual.
- 2.6. Justifica-se a presente contratação face da necessidade do fornecimento de material permanente e equipamentos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, visando manter os trabalhos administrativos e operacionais rotineiros das unidades de saúde que atendem a população, mantendo os serviços em níveis aceitáveis de funcionamento, para o cumprimento de sua finalidade com eficiência.
- 2.7. Considerando que estes serviços são imprescindíveis ao bom andamento das atividades desta Secretaria, cabe aqui ressaltar que o uso contínuo dos materiais e equipamentos enseja o desgaste e danificação desses, comprometendo a estrutura física dos ambientes de trabalho, a rotina administrativa e a saúde do servidor, que passa a maior parte do seu tempo no ambiente de trabalho. Para tanto, se faz necessário realizar constantes investimentos na estrutura e bem-estar dos ambientes, a fim de proporcionar condições ideais para o desenvolvimento das atividades, comodidade e acolhimento de servidores e munícipes, usuários dos serviços públicos, nos termos da Legislação do SUS.
- 2.8. As estimativas das quantidades foram feitas com base no estudo e levantamento das necessidades das Unidades Básicas de Saúde, e nas dependências das unidades da SEMSA.
- 2.9. Consta em anexo o Estudo Técnico Preliminar, o qual contém as descrições e exigências para atendimento do objeto em questão.
- 2.10. O levantamento dos valores de mercado foi realizado mediante pesquisa de preços através do banco de preços oficial do Governo Federal Compras.Gov.br.

3. ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DO OBJETO

- 3.1. Os objetos deverão atender as especificações contidas no Anexo I, deste Termo de Referência.
- 3.2. Todos os itens deverão atender às especificações técnicas mínimas e quantidades estabelecidas neste instrumento e, havendo eventual divergência entre as especificações aqui descritas e as constantes no Sistema [Compras.Gov](http://Compras.Gov.br), deverão prevalecer as descrições deste Termo.
- 3.3. O quantitativo ora demandando justifica-se em razão do estudo técnico feito pela Secretaria Municipal de Saúde/SEMSA-PMC.
- 3.4. Os itens integrantes do objeto não se enquadram na categoria de bens de luxo, conforme impõem o art. 20, da Lei nº 14.133/21.



4. DA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA OU DE CONSULTA PRÉVIA

4.1. A realização de audiência pública ou de consulta prévia referidas no art. 21 da Lei nº 14.133/21 não se faz necessária, tendo em vista a simplicidade do objeto, a definição clara e precisa dos seus contornos, e forma de aquisição disposta no Estudo Técnico Preliminar.

5. METODOLOGIA DE AQUISIÇÃO DO OBJETO.

5.1. A aquisição do objeto dar-se-á através de procedimento licitatório na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, regendo-se pela Lei nº 14.133/21.

5.2. A licitação será do tipo MENOR PREÇO, e a forma de adjudicação será POR LOTE, conforme já exposto em Estudo Técnico Preliminar, anexo.

5.3. O modo de disputa será o ABERTO, pela vedação da utilização do modo de disputa fechado em licitações que envolvam critério de julgamento de menor preço ou maior desconto.

5.4. No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.5. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

5.5.1. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item 5.4, a sessão pública será encerrada automaticamente.

5.6. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.7. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o(a) Pregoeiro(a) no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6. DA CONDUÇÃO DO PROCESSO

6.1. O futuro certame será de responsabilidade do Município de Calçoene como entidade promotora da licitação, que utilizará a plataforma de sistema de compras oficial do Governo Federal.

6.2. Será de responsabilidade do(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a): conduzir a sessão pública, tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório, executando quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/21.



7. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

- 7.1. Não será admitido a participação de consórcio tendo em vista que a aquisição não demande grande vulto financeiro e nem de grande complexidade técnica.

8. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 8.1. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato:

- a) Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante;
- b) Terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa quepreste assessoria técnica.
- c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, ou a licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada;
- d) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, vedação extensível às integrantes de mesmo grupo econômico;
- e) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado;
- f) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- g) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- h) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

- 8.2. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se o fornecimento de bens e serviços a estes necessários, ressalvados os permissivos legais.

9. DAS PROPOSTAS E LANCES, DA ETAPA COMPETITIVA E DA FASE DE JULGAMENTO

- 9.1. O prazo para apresentação de propostas e lances será de 08 (oito) dias úteis, contados da publicação do futuro Edital.

- 9.2. Os licitantes encaminharão, na forma exigida pelo instrumento convocatório e por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado, o preço e a documentação exigida no instrumento, até



o prazo estabelecido no item anterior, podendo ser retirada ou substituída até a abertura da sessão pública, nos termos do art. 12, inciso VI da Lei nº 14.133/21.

9.3. A etapa competitiva será realizada conforme modo de disputa apresentado no item 5.3, e durante a qual serão ofertados lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, de valor inferior ou com maior percentual de desconto em relação ao último lance ofertado pelo licitante.

9.4. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, ou na forma definida no edital, o cumprimento dos requisitos para a habilitação, bem como que as e suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

9.5. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Contiverem vícios insanáveis, sendo assim considerados aqueles não passíveis de correção por meio da realização de diligências sem alterar substancialmente a proposta ou o seu conteúdo;
- b) Não obedecerem às especificações técnicas indicadas no Edital;
- c) Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para contratação, sendo possibilitada, antes da desclassificação, a possibilidade de comprovação da sua exequibilidade pela licitante;
- d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

9.6. O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.

9.7. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, sempre que o valor for inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor previamente orçado.

9.8. Até o encerramento da etapa de lances, somente o responsável pelo procedimento licitatório terá acesso aos documentos que compõem a proposta, sendo tornados públicos após a superação dessa etapa.

9.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de R\$ 100,00 (cem reais).

9.10. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a) poderá reiniciar a disputa aberta, nos termos estabelecidos no Edital, para a definição das demais colocações, sendo os licitantes convocados a ofertar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance ou ofertar valor menor ou maior percentual de desconto.

9.11. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o responsável pelo procedimento licitatório realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação, conforme disposto no edital.

9.12. Após a etapa o encerramento da etapa competitiva, o(a) Agente de Contratação determinará que o licitante melhor classificado envie pelo sistema, no prazo de 02 (duas) horas, a proposta readequada ao lance ofertado e, se necessário, os documentos complementares.



9.13. A sessão poderá ser suspensa para aguardo da proposta de preços, cabendo ao responsável pelo procedimento licitatório informar, através do sistema eletrônico, a data e o horário para retomada da sessão e divulgação dos demais atos.

9.14. Após o encerramento da análise da conformidade dos lances e das propostas, o responsável pelo procedimento licitatório disponibilizará, na forma prevista no edital, os documentos da proposta apresentados pelo licitante classificado em primeiro lugar.

10. DA HABILITAÇÃO DO LICITANTE VENCEDOR

10.1. O licitante vencedor deverá comprovar, após a etapa competitiva, que está em situação regular em relação a todas as condições de habilitação para contratação com a Administração Pública, referentes à habilitação jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista, e econômico financeira.

10.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação o licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, deverá encaminhar as certidões ou consultas que demonstre o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

10.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

10.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e se necessário, também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário,

10.5. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.7. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.8. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.



10.9. A documentação da habilitação poderá ser:

- a) apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;
- b) substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital;
- c) dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), caso expressamente autorizado no Edital.

10.10. A exigência disposta no subitem anterior se faz somente ao licitante vencedor, vedada a comprovação de habilitação dos demais classificados, enquanto não considerados como a melhor proposta, em caso de desclassificação de licitantes mais bem colocados, salvo quando a etapa de habilitação for realizada antes da etapa competitiva.

10.11. Os documentos de habilitação serão apresentados por meio expressamente previsto no edital.

10.12. Os documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e social, bem como os de habilitação econômico-financeira poderão ser parcial ou totalmente substituídos por certificado de registro cadastral ou certificado de pré-qualificação, nos documentos abrangidos por esses procedimentos especiais.

10.13. Será exigida do licitante melhor classificado, como requisito de habilitação, declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

10.14. Em havendo a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas por meio de documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre, ressalvado se comprovada a idoneidade da entidade emissora.

10.15. O desatendimento de exigências meramente formais, entendidas como aquelas que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta, não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo e deverá ser sanado mediante diligência determinada pelo agente de contratação.

10.16. Na análise dos documentos de habilitação, poderão ser sanados erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.17. São admitidas diligências relacionadas à entrega de documentos para complementação de informações dos documentos já apresentados, atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento ou ateste de condição de habilitação preexistente à aberta sessão pública.

10.18. Havendo necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, a nova sessão somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10.19. Quando a etapa de habilitação anteceder a de julgamento, já tendo sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após



o julgamento.

10.20. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

10.21. O licitante vencedor deverá manter as condições de habilitação acima descritas durante todo o prazo de vigência da contratação.

10.22. Poderão ser validados documentos, informações ou cadastros realizados em procedimentos especiais dispostos no art. 78 da Lei nº 14.133/21, em especial o credenciamento e a pré-qualificação, sendo dispensadas as suas apresentações, desde que devidamente indicado pelo agente de contratação, que lavrará ato decisório a respeito da dispensa e, em havendo necessidade de complementação, atualização ou substituição de documento, indicará prazo para a execução da diligência.

10.23. A não participação de licitante em procedimentos especiais que envolvam o cadastramento prévio de licitantes não será causa de desclassificação ou impedimento da participação de nenhum interessado, sendo defeso exigir comprovantes de participação prévia em tais procedimentos como requisito de habilitação.

10.25. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;
- c) No caso de sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal - SLU: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- g) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário;
- h) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física.
- i) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- j) No caso de sociedades por ações: documentos exigidos 13.16.1.3 acrescido de comprovante de eleição de seus administradores, acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- k) Certidão de comprovação da condição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, expedida pela Junta Comercial nos termos do art. 8º, da Instrução Normativa nº 103, de 30 de abril de 2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC, bem como a declaração disposta no art. 4º, par. 2º da Lei nº 14.133/21;



- l) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- m) Alvará de Funcionamento, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- n) No caso de todos os subitens anteriores, Cédula de Identidade/RG e CPF do representante da licitante.
- o) Declaração de elaboração independente da proposta;
- p) Declaração de que cumpre que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, conforme disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- q) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme § 1º, Art. 63 da Lei nº 14.133/21;
- r) Declaração de que a reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, conforme previsão legal.
- s) Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação.
- t) Declaração de inexistência de servidor público no quadro societário da empresa.
- u) Declaração de sujeição aos termos do edital.
- v) Declaração existência de fato superveniente impeditivos de habilitação;

10.26. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual ou comprovante de isenção da inscrição expedido pelo órgão competente, nos casos de prestadores de serviços ou microempreendedores individuais, nos termos da legislação aplicável;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- h) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- i) Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno



porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação, sendo exigida a regularização como condição para assinatura do contrato, nos termos do art. 42 da Lei Complementar n.º 123/06, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei 14.133/2021

j) Para fins de verificação de regularidade fiscal, serão aceitas certidões positivas com efeitos de negativa, desde que expedidas até a data de abertura da sessão pública, atestando condição pré-existente.

10.18. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu. Entende-se por pertinente e compatível em quantidade, o atestado que em sua individualidade ou soma de atestados, contemplem que a proponente forneceu, ou está fornecendo, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do quantitativo estabelecido, nos termos do § 2º, art. 67, Lei nº 14.133/21.

b) Considerar-se-ão fornecimentos e/ou serviços semelhantes aqueles de natureza e complexidade similar ao objeto e compatível em características, quantidades e prazos de execução relacionada com o objeto de cada item desta licitação, conforme *Acórdão nº 914/2019-Plenária TCU*.

10.19. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, comprovando:

I. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial.

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

II. O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 01 (um) em qualquer dos índices



de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item/lote pertinente.

III. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no conselho de classe, acompanhado da respectiva DHP válida na data do Certame.

b) A licitante que utiliza a escrituração em livro digital deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, acompanhado do Recibo de entrega do livro digital/Termo de Autenticação do Livro Diário.

c) Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

c.1) Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial do Estado de sua sede e jornais de grande circulação;

c.2) Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis quando o registro do Órgão Competente constar somente neste, contendo:

c.2.1) Quando se tratar de sociedade constituída há menos de um ano, esta deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

c.2.2) Os documentos referidos na alínea a deste item, limitar-se-ão ao último exercício no caso da pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

c.2.3) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

c.3) A comprovação do patrimônio líquido deverá ser feita por meio dos valores descritos no próprio Balanço Patrimonial.

d) Certidão Negativa de Falência expedida pelo Cartório de Distribuição da sede da licitante, expedida nos últimos 30 (trinta) dias que anteceder a abertura da licitação;

d.1) Quando se tratar de empresa em Recuperação Judicial, deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente a qual homologou o plano/projeto de recuperação judicial, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório e a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a Administração, levando em consideração o objeto a ser licitado.

e) De forma a evitar contratar empresas com sanções aplicadas pelo Município de Calçoene, deveram os fornecedores apresentar Certidão de Execução Fiscal da Procuradoria da Prefeitura de Calçoene.

f) O adjudicatário, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do Termo de Contrato ou o aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a qual será liberada conforme o disposto no art. 100 da Lei nº 14.133/21, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

g) Os documentos de que tratam os subitens anteriores serão analisados pelo pregoeiro e sua Equipe de



Apoio quanto a sua conformidade com o solicitado neste Edital;

h) No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;

i) O não atendimento das exigências constantes do item 10 deste Termo de Referência implicará a inabilitação do licitante;

j) O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis;

k) Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes;

l) Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.1. O objeto deste Termo deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados do recebimento do pagamento.

11.2. A Empresa deverá fazer a entrega de todos os itens, em perfeitas condições de uso, no Município de Calçoene-AP, no local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde, acompanhado das respectivas Notas Fiscais, em dias de expediente normal, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00min às 13h00min, correndo por conta do fornecedor todas as despesas necessárias, tais como frete, seguros, embalagens, entre outros.

11.3. O objeto será recebido de acordo com as quantidades, características, especificações e condições estabelecidas em instrumento hábil de retirada, conforme a Ata de Registro de Preços;

11.4. O recebimento consistirá na comparação das características e especificações do objeto e de sua Nota Fiscal/Fatura com o constante neste Termo de Referência e ARP;

11.5. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta e no contrato, devendo ser substituídos no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.6. Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/21, o objeto deste Termo será recebido, mediante recibo, da seguinte forma:

a) **Provisoriamente:** pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior para análise da conformidade do objeto com suas especificações e quantidades;

b) **Definitivamente:** por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

11.7. Considerar-se-á como data efetiva de entrega aquela aposta no atestado de conformidade emitido pela Comissão de Recebimento, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.



11.8. No caso de constatação de não conformidade, a data efetiva da entrega será a da regularização total da(s) pendência(s).

11.9. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil e nem ético- profissional da contratada pelos prejuízos resultantes da inobservância das obrigações assumidas.

11.10. Os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

11.11. Nas condições de montagem e ou instalações de equipamentos ou materiais, estes deverão ser realizados em dia e horário a ser agendado previamente com a contratada e deverá ocorrer em até 03 (três) dias consecutivos após a entrega do quantitativo solicitado.

12. GARANTIA DO OBJETO

12.1. O prazo de garantia dos bens que compõem o objeto, será de no mínimo 01 (um) ano, ou por prazo maior fornecido pelo fabricante, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. Justifica-se a exigência de garantia por se tratar de matérias permanentes e equipamentos os quais se exige garantia mínima.

12.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

12.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

12.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

12.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento, se aplicável.

12.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

12.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

12.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

12.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada



o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

12.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

12.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio edesvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. São obrigações da Contratante:

13.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

13.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

13.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

13.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

13.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

13.1.6. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações exigidas;

13.1.7. Permitir livre acesso dos empregados da empresa às suas dependências para a entrega do objeto a ser fornecido;

13.1.8. Proporcionar as facilidades necessárias para que a contratada possa fornecer o objeto deste Termo dentro das normas estabelecidas;

13.1.9. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da empresa;

13.1.10. Proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais disponibilizados em razão da licitação ou da contratação, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:

a) a coleta de dados pessoais indispensáveis à própria realização do procedimento licitatório ou da contratação só poderão ser utilizados na execução dos objetos especificados neste Termo de Referência, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;



- b) os sistemas, que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação;
- c) os dados obtidos serão armazenados em um banco de dados seguro, mantido em território nacional, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;
- d) Não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, será providenciado o seu descarte de forma segura.

13.1.11. É vedada a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

13.1.12. Representar à Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a respeito do descumprimento da Contratada às disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), para a devida aplicação de sanções administrativas dispostas no art. 52 da Lei nº 13.709/2018.

13.1.13. Descartar os documentos, físicos ou eletrônicos, que possam conter dados pessoais, ao final do procedimento licitatório.

13.1.14. Manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

13.2. A Administração Municipal não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

14.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

14.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, além de termo ou certificado de garantia.



14.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

14.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, prazo fixado neste Termo de Referência;

14.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

14.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

14.1.7. Recolher todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições, estaduais e municipais, que incidam ou venham a incidir sobre a aquisição do objeto e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela Administração;

14.1.8. Assumir todas as despesas decorrentes do transporte dos materiais inclusive carga e descarga, até os locais indicados neste Termo;

14.1.9. Assegurar à Administração o direito de fiscalizar, sustar e/ou recusar os materiais que não estejam de acordo com as condições estabelecidas no presente Termo, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização a exime das responsabilidades pactuadas;

14.1.10. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Administração contratante;

14.1.11. Proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais disponibilizados em razão da licitação ou da contratação, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:

- a) a coleta de dados pessoais indispensáveis à própria realização do procedimento licitatório ou da contratação só poderão ser utilizados na execução dos objetos especificados neste Termo de Referência, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;
- b) os sistemas, que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação;
- c) os dados obtidos serão armazenados em um banco de dados seguro, mantido em território nacional, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;
- d) Não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles



sensíveis ou não, será providenciado o seu descarte de forma segura.

14.1.12. É vedada a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

14.1.13. Declarar que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se comprometer a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados em virtude da contratação.

14.1.14. Cumprir estritamente os ditames estabelecido pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), mediante a adoção de política de proteção de dados.

14.1.15. Dar conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas a respeito de dados pessoais, instruindo-os quanto ao tratamento de dados nos ditames da Lei nº 13.709/2018.

14.1.16. Fornecer dados pessoais que sejam tão somente indispensáveis à finalidade da contratação pública e da prestação do objeto, bem como apenas daqueles funcionários em exercício nas instalações da Administração Contratante, indicando os nomes daqueles que não mais se encontram em exercício para que seja realizado o referido descarte dos dados anteriormente fornecidos.

14.1.17. Guardar absoluto sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual, por até 10 (dez) anos contados após o encerramento do vínculo contratual com a Administração.

14.1.18. Manter contato formal com a Contratante, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

14.1.19. Adotar uma política de proteção de dados e de privacidade direcionada ao público, bem como relatório de riscos e impactos, entre outros instrumentos, principalmente nos dados que envolvam dados pessoais fornecidos em razão da prestação do objeto.

14.1.20. Descartar, quando da finalização do vínculo contratual, os documentos, físicos ou eletrônicos, que possam conter dados pessoais, a que faz guarda ou obteve acesso em razão da contratação pública.

14.1.21. Apresentar, sempre que solicitada, documentos que comprovem a procedência do objeto fornecido;

14.1.22. Responsabilizar-se por todas as obrigações dispostas na Lei nº 14.133/21;



14.1.23. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Administração ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a entrega do objeto, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

14.1.24. Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do Processo Licitatório e da execução do contrato.

14.1.25. A inadimplência da empresa, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração contratante, nem poderá onerar os materiais objeto deste Termo, razão pela qual a Empresa renuncia a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a contratante.

14.1.26. Em caso de licitante que possui sede fora do território brasileiro, é obrigatória a nomeação de procurador residente e domiciliado no Brasil, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando o instrumento de mandato com os documentos de habilitação.

15. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

15.1. Nos termos do art. 117 da Lei n.º 14.133/21, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos objetos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao fornecimento e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

15.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do agente público designado pela Administração deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

15.3. O agente público responsável pela fiscalização anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, podendo ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

15.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 121, par. 1º da Lei n.º 14.133/21.

15.5. Durante o período de fornecimento do objeto, a Empresa poderá manter preposto, aceito pela Administração contratante, para representá-la sempre que for necessário.

16. TERMO DE CONTRATO E NOTA DE EMPENHO

16.1. Após homologado o processo licitatório, a Administração convocará o licitante vencedor para a assinatura da Ata de Registro de Preços e do instrumento contratual, no do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis, devendo, como condição para a assinatura, comprovar a manutenção das condições de habilitação.



16.2. A convocação de que trata o item anterior deverá ser atendida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito de prestação do serviço. Este prazo poderá ser prorrogável 01 (uma) única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração;

16.3. Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

16.4. Será admitida a manutenção em sigilo de contratos e de termos aditivos quando imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, nos termos da Lei de Acesso à Informação e da Lei Geral de Proteção dos Dados (LGPD).

16.5. A entrega da respectiva Nota de Empenho ficará diretamente condicionada ao ato formal de assinatura do respectivo contrato;

16.6. É admitida a forma eletrônica na celebração de contratos e de termos aditivos.

16.7. A formalização de termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

16.8. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

16.9. Se a licitante vencedora for empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

16.10. A recusa injustificada em receber a Nota de Empenho e assinar o Contrato ou seu substituto implicará na inexecução total do compromisso assumido, sujeitando a empresa à aplicação das sanções legalmente estabelecidas.

16.11. Se a licitante vencedora não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital de licitação, não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pela licitante vencedora e após a verificação do cumprimento dos requisitos de habilitação, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

16.12. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância;

16.13. Ao retirar a Nota de Empenho e assinar o instrumento contratual ou seu substituto, a empresa adjudicada obriga-se a realizar os serviços de manutenção, conforme especificações e condições contidas neste Termo de Referência, no Edital e em seus anexos, bem como na proposta apresentada. Prevalecendo-se, no caso de divergência, as especificações e condições dispostas neste Termo de Referência;



16.14. A contratação tem prazo de vigência definido no Edital, contados da data de publicação do extrato da ARP/Contrato no Diário Oficial do Município, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis, sendo o prazo de execução prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/21.

16.15. Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público.

17. FORMA DE PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o regular fornecimento do objeto, precedido da respectiva ordem de fornecimento, mediante o processamento normal de liquidação e liberação dos recursos financeiros pela Secretaria Municipal de Saúde.

17.2. No pagamento, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdivididas nas seguintes categorias de contratos: fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras.

17.3. A ordem cronológica de pagamentos somente poderá ser alterada mediante justificativa e se o contexto de sua realização se enquadrar no rol estabelecido no art. 141, par. 1º da Lei nº 14.133/21.

17.4. O órgão ou entidade deverá disponibilizar, mensalmente, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem.

17.5. É condição para o processamento do pagamento a apresentação por parte da empresa da Nota Fiscal(is)/Fatura(s) referente(s) ao(s) objeto(s) regularmente fornecido(s), acompanhada(s) dos documentos de habilitação perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, INSS, FGTS e Ministério do Trabalho (CNDT) junto à Administração Contratante, para sua devida certificação, conforme disposto o art. 92, inciso XVI da Lei nº 14.133/21.

17.6. A cada pagamento ao fornecedor, a Administração Contratante realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação, observadas as seguintes condições:

- a) Constatando-se situação de irregularidade do fornecedor contratado, deve-se providenciar a sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa;
- b) O prazo acima poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da Administração;
- c) Não havendo regularização, ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- d) Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos Contratos sem execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurando à Contratada a ampla defesa;
- e) Havendo a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão



realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize sua situação junto à Contratante; e

f) Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do órgão ou entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular nos termos acima.

17.7. O pagamento será creditado em favor da contratada, através de ordem bancária, na entidade bancária indicada na proposta, cabendo ao interessado informar com clareza o nome do banco, assim como os números da respectiva agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

17.8. A Administração reserva-se ao direito de descontar da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) a serem pagas, qualquer débito existente da empresa em consequência de penalidade aplicada durante o fornecimento do objeto;

17.9. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade e/ou inadimplência, sem que isto gere direito ao pleito de reajustamento ou correção monetária do valor inicial;

17.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

17.11. Quando ocorrerem eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

- a) $EM = I \times N \times VP$, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga;
- b) $I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438$, assim apurado: $I = (TX/100)/360$
 $I = (6/100)/360 = 0,00016438$
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%

18. DA ALTERAÇÃO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO CONTRATUAL

18.1 Os preços são, em regra, fixos e irredutíveis, mas serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

18.2 Os preços contratados poderão ser revistos em decorrência de eventual variação daqueles praticados no mercado, ou de fato que altere o custo dos bens registrados, observadas as condições contidas no art. 92, par. 4º da Lei nº 14.133/21.



18.3 O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme o art. 125 da Lei nº 14.133/21.

18.4 Independentemente do prazo de duração do contrato, é obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos, sendo garantida a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do art. 25, par, 8º da Lei nº 14.133/21.

18.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.

18.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.7 O reajuste, por não caracterizar alteração do contrato, será realizado por apostilamento.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Estará sujeita às penalidades administrativas previstas na Lei nº 14.133/21 a licitante e/ou a contratada que:

- a) convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, não aceitar ou retirar a nota de empenho;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) inexecutar total ou parcialmente, qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo;
- h) fizer declaração falsa;
- i) cometer fraude fiscal;
- j) não cumprir ou cumprir irregularmente as normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos, quando os pedidos de prorrogação e/ou modificação não forem acatados pela Administração;
- k) desrespeitar as determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar o contrato ou por autoridade superior;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2 A licitante e/ou contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo das demais cominações legais, às seguintes sanções:

- a) **advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;



- b) **multa moratória** de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado na execução do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente;
- c) **multa compensatória** de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto e pela recusa em retirar a Nota de Empenho, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente, e sem prejuízo da aplicação de outras sanções legalmente previstas;
- d) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- e) **impedimento de licitar e contratar** com o Município de Calçoene com o consequente descredenciamento do Cadastro Central de Compras e Licitações de Calçoene, pelo prazo de até 03 (três) anos;
- f) **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, quando a infração justificar a sua imposição.

19.3 Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade conforme proposta dos órgãos de controle.

19.3.1 A sanção de advertência será aplicada quando a licitante der causa à inexecução parcial do contrato e não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

19.3.2 A sanção de multa poderá ser aplicada em quaisquer hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/21 e ensejará na possibilidade de defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias contados de sua intimação.

19.3.3 A sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de Calçoene será aplicada quando a licitante der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; der causa à inexecução total do contrato; deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não mantiver a proposta; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, e não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

19.3.4 A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada quando a licitante apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude; praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e, também, nas hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.13/21, quando a gravidade da conduta justificar a sua imposição.

19.4. As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar com a Administração, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.



19.5. A sanção de declaração de inidoneidade será de competência de Secretário Municipal ou da autoridade máxima Municipal.

19.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.7. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.8. A aplicação das sanções administrativas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.9. Em atenção ao princípio da proporcionalidade, na estipulação das sanções, a autoridade competente, deverá considerar a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas, bem como alicerçar-se na análise jurídica prévia realizada, nos termos do art. 156, par. 6º da Lei nº 14.133/21.

19.10. As situações dispostas no art. 137 da Lei nº 14.133/21 poderão ensejar, a critério da Administração, a rescisão unilateral do contrato.

19.11. Prescreve em 05 (cinco) anos, a contar da ciência da infração, a possibilidade de aplicação de sanções pela Administração.

19.12. Os atos previstos como infrações administrativas nas Leis nº 14.133/21 ou em outras leis delictivas e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846 (Lei Anticorrupção) serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na Lei Anticorrupção.

19.13. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade mediante a reparação integral do dano causado à Administração Pública, o pagamento da multa indicada, o transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade (no caso de impedimento de licitar e contratar) ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade (no caso de declaração de inidoneidade), o cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo e a realização de análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento destes requisitos.

19.14. Em caso de descumprimento das disposições dispostas na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), será remetida representação à Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), que poderá aplicar as sanções administrativas dispostas no art. 52 da respectiva Lei.



20. DO ORÇAMENTO ESTIMADO E ORIGEM DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

20.1 A estimativa de custo com a aquisição do presente objeto é de R\$ 5.128.932,29 (cinco milhões, cento e vinte e oito mil novecentos e trinta e dois reais e vinte e nove centavos), conforme se extrai da pesquisa de preços realizada com base no portal de compras públicas, atendendo ao art. 23 da Lei 14.133/21.

20.2 As despesas para atender a licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2025/2026, podendo ser reforçado com futuras emendas parlamentares, na classificação abaixo:

Órgão: 30100 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UO: 30100 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CALÇOENE – FMSC

Ação: 10.301.0429 : 1031 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Elemento de Despesa: 4490.52.00.00 : 1500.1002 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 Ao participar de processo licitatório, o titular dos dados manifesta seu inequívoco consentimento para tratamento dos dados pessoais pela Administração Pública com a finalidade de garantir a aplicação do interesse público à contratação e à oferta do serviço público e possibilitar a execução das competências legais do órgão e atribuições legais do serviço público, em cumprimento ao art. 7º, incisos I e II da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

21.2 Os documentos envolvidos ao procedimento licitatório serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis, sendo disponibilizados aos interessados, inclusive a ata da sessão pública, salvo aqueles cujo sigilo seja necessário.

21.3 A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante Agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, possuindo, ao final da certificação da autenticidade realizada pelo agente de contratação, fé pública.

21.4 Os atos serão digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico, sendo obrigatório que os licitantes pratiquem seus atos em formato eletrônico como condição de validade e eficácia, de acordo com o art. 12, inciso VI, da Lei 14.133/21.

21.5 O Edital de licitação, seus anexos, em especial o presente Termo de Referência, bem como os avisos do certame, serão publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Diário Oficial do Município, Estado, e União, sendo possível a publicidade mediante edição eletrônica.

21.8 Os prazos serão contados nos termos do art. 183 da Lei 14.133/21, e serão computados somente os dias úteis, de segunda a sexta, no horário de 08:00 às 18:00 horas.

21.9 Os horários estabelecidos no edital, nos avisos e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema e na documentação relativa ao certame.



21.10 As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da busca pela melhor proposta e da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da Administração Pública, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Atesto, que o conteúdo deste Termo de Referência se limita ao mínimo imprescindível à satisfação do interesse público, presente na generalidade dos itens e modelos existentes no mercado, não consignando marca ou característica, especificação ou exigência exclusiva, excessiva ou desnecessária, que possa direcionar o certame ou limitar/frustrar a competição ou a realização do objeto contratual.

Calçoene-AP, 09 de janeiro de 2026.

Carina P de Oliveira



ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 11.694.014/2025 - SEMSA/PMC

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E EQUIPAMENTOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CALÇOENE.

LOTE 1: EQUIPAMENTOS E SISTEMAS MÉDICO-HOSPITALARES					
ITEM	NOME	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	QTD.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
1	Adipômetro	Precisão $\pm 1\text{mm}$, Escala 0-100mm, Material aço inoxidável, Peso $< 100\text{g}$, Certificação INMETRO	14	161,00	2.254,00
2	Aspirador de Secreções Elétrico Móvel	Vazão 20-30L/min, Pressão -0,8 bar, Potência 1/2 HP, Ruído $< 75\text{dB}$, Conectividade 110/220V, Registro ANVISA	4	3.948,00	15.792,00
3	Autoclavador	Capacidade 80L, Temperatura 121-134°C, Pressão 1,5-2,0 bar, Ciclo 15-30min, Consumo 3000W, Registro ANVISA	2	40.608,00	81.216,00
4	Balança Antropométrica Infantil	Capacidade 25kg, Precisão $\pm 100\text{g}$, Altura 0,60m, Plataforma 0,40m x 0,30m, Peso $< 10\text{kg}$, Certificação INMETRO	6	1.021,00	6.126,00
5	Balança Antropométrica para Obesos	Capacidade 200kg, Precisão $\pm 500\text{g}$, Altura 0,80m, Plataforma 0,50m x 0,40m, Peso $< 20\text{kg}$, Certificação INMETRO	10	2.342,00	23.420,00
6	Balança Digital Portátil	Capacidade 150kg, Precisão $\pm 100\text{g}$, Dimensões 0,30m x 0,30m, Bateria 2 anos, Peso $< 1\text{kg}$, Certificação INMETRO	8	1.888,00	15.104,00



LOTE 1: EQUIPAMENTOS E SISTEMAS MÉDICO-HOSPITALARES

ITEM	NOME	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	QTD.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
7	BIPAP	Pressão 4-25 cmH ₂ O, Frequência respiratória 10-30 rpm, Umidificador integrado, Bateria 8 horas, Peso <2kg, Registro ANVISA	2	8.217,00	16.434,00
8	Bisturi Elétrico (até 150 W)	Potência 150W, Modo corte/coagulação, Frequência 400-500kHz, Saída monopolar/bipolar, Pedal de controle, Registro ANVISA	4	13.779,00	55.116,00
9	Caixa Térmica	Capacidade 50L, Isolamento poliuretano 5cm, Dimensões 0,60m x 0,40m x 0,50m, Peso <3kg, Temperatura -5 a +15°C	20	1.269,00	25.380,00
10	Cama Elástica Proprioceptiva	Diâmetro 1,0m, Altura 0,30m, Capacidade 100kg, Material nylon, Peso <5kg	28	461,00	12.908,00
11	Câmara para Conservação de Hemoderivados/ Imuno/ Termolábeis	Capacidade 100L, Temperatura -20°C, Consumo <300W, Alarme temperatura, Peso <50kg, Registro ANVISA	2	16.176,00	32.352,00
12	Câmara para Conservação de Imunobiológicos	Capacidade 150L, Temperatura 2-8°C, Consumo <400W, Alarme temperatura, Peso <60kg, Registro ANVISA	6	16.337,30	98.023,80
13	Central de Nebulização	Capacidade 10 cilindros, Pressão 1-3 bar, Conexões 1/4" NPT, Manômetro 0-4 bar, Peso <10kg	8	2.932,00	23.456,00
14	Cilindro de Gases Medicinais	Volume 10-50L, Pressão 150-200 bar, Válvula redutora, Manômetro, Peso 10-25kg, Registro ANVISA	12	1.949,00	23.388,00



LOTE 1: EQUIPAMENTOS E SISTEMAS MÉDICO-HOSPITALARES

ITEM	NOME	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	QTD.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
15	Concentrador de Oxênio	Vazão 1-5L/min, Pureza 90-95%, Potência 300W, Ruído <45dB, Peso <15kg, Registro ANVISA	2	5.773,00	11.546,00
16	DEA - Desfibrilador Externo Automático	Energia 150-360J, Tempo resposta <10s, Bateria 4 anos, Pads descartáveis, Peso <2kg, Registro ANVISA	6	9.930,00	59.580,00
17	Dermatoscópio para Telessaúde	Magnificação 10x, Polarização cruzada, LED branco 5000K, Conectividade USB para captura, Bateria 8 horas, Registro ANVISA	4	8.010,00	32.040,00
18	Detector Fetal	Frequência 2-3MHz, Doppler ultrassônico, Bateria 10 horas, Peso <300g, Registro ANVISA	8	2.232,00	17.856,00
19	Doppler Vascular	Frequência 2-10MHz, Modo B/M, Conectividade USB, Bateria 8 horas, Peso <2kg, Registro ANVISA	8	2.421,00	19.368,00
20	Eletrocardiograma para Telessaúde	12 derivações, Resolução 16-bit, Frequência amostragem 500Hz, Conectividade WiFi/Bluetooth/USB, Bateria 8 horas, Compatibilidade e-SUS AB, Registro ANVISA	6	15.390,00	92.340,00
21	Esfigmomanômetro Adulto	Faixa pressão 0-300mmHg, Precisão ± 3 mmHg, Tubo nylon 1,5m, Manguito 0,24-0,40m, Peso <300g, Certificação INMETRO	20	308,00	6.160,00
22	Esfigmomanômetro Infantil	Faixa pressão 0-300mmHg, Precisão ± 3 mmHg, Tubo nylon 1,5m, Manguito 0,12-0,24m, Peso <250g, Certificação INMETRO	20	200,00	4.000,00



LOTE 1: EQUIPAMENTOS E SISTEMAS MÉDICO-HOSPITALARES

ITEM	NOME	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	QTD.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
23	Esfigmomanômetro Obeso	Faixa pressão 0-300mmHg, Precisão ± 3 mmHg, Tubo nylon 1,5m, Manguito 0,40-0,60m, Peso <350g, Certificação INMETRO	4	331,00	1.324,00
24	Estadiômetro	Altura 0-220cm, Precisão ± 1 cm, Plataforma 0,40m x 0,30m, Peso <5kg, Certificação INMETRO	8	804,00	6.432,00
25	Estetoscópio Digital para Telessaúde	Frequência 20-20000Hz, Amplificação 25-30dB, Conectividade Bluetooth, Armazenamento de áudio, Bateria 20 horas, Peso <150g, Registro ANVISA	4	7.000,00	28.000,00
26	Estufa de Secagem e Esterilização	Capacidade 60L, Temperatura 50-250°C, Precisão $\pm 5^\circ\text{C}$, Tempo aquecimento <15min, Peso <20kg, Registro ANVISA	2	5.399,00	10.798,00
27	Laringoscópio Adulto	Lâmina reta/curva 0,30m, LED branco, Bateria 10 horas, Peso <300g, Registro ANVISA	8	1.508,00	12.064,00
28	Laringoscópio Infantil	Lâmina reta/curva 0,20m, LED branco, Bateria 10 horas, Peso <250g, Registro ANVISA	8	1.645,00	13.160,00
29	Laser para Fisioterapia	Comprimento onda 650-1000nm, Potência 50-100mW, Modo contínuo/pulsado, Bateria 8 horas, Peso <500g, Registro ANVISA	8	4.214,00	33.712,00
30	Lavadora Ultrassônica até 15 litros	Capacidade 15L, Frequência 40kHz, Potência 300W, Tempo ciclo 10-20min, Peso <10kg, Registro ANVISA	4	6.010,00	24.040,00



LOTE 1: EQUIPAMENTOS E SISTEMAS MÉDICO-HOSPITALARES

ITEM	NOME	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	QTD.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
31	Manovacuômetro	Faixa -100 a +100 cmH ₂ O, Precisão $\pm 2\%$, Conexão 1/4" NPT, Peso <500g, Registro ANVISA	2	2.673,00	5.346,00
32	Monitor de Sinais Vitais para Telessaúde	Display LCD 3,5", Frequência cardíaca/SpO ₂ /Pressão, Conectividade WiFi/Bluetooth, Bateria 12 horas, Precisão $\pm 2\%$, Registro ANVISA	4	7.374,00	29.496,00
33	Nebulizador Portátil	Capacidade 5ml, Vazão 0,3ml/min, Ruído <60dB, Bateria 2 horas, Peso <200g, Registro ANVISA	2	245,00	490,00
34	Oftalmoscópio	Magnificação 15x, Lente 0-20 dioptrias, LED branco/verde/azul, Bateria 10 horas, Peso <300g, Registro ANVISA	4	2.238,00	8.952,00
35	Oftalmoscópio para Telessaúde	Magnificação 15x, Lente 0-20 dioptrias, LED branco/verde/azul, Conectividade USB para captura de imagem, Bateria 10 horas, Registro ANVISA	2	8.400,00	16.800,00
36	Oftalmoscópio	Magnificação 15x, Lente 0-20 dioptrias, LED branco/verde/azul, Bateria 10 horas, Peso <300g, Registro ANVISA	2	2.238,00	4.476,00
37	Otoscópio para Telessaúde	Magnificação 30x, Lente 2.5mm/4mm, LED branco, Conectividade USB para captura de imagem, Bateria 10 horas, Registro ANVISA	2	7.250,00	14.500,00



LOTE 1: EQUIPAMENTOS E SISTEMAS MÉDICO-HOSPITALARES

ITEM	NOME	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	QTD.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
38	Otoscópio Simples	Magnificação 30x, Lente 2.5mm/4mm, LED branco, Bateria 10 horas, Peso <200g, Registro ANVISA	6	1.295,00	7.770,00
39	Oxímetro de Pulso	Saturação 70-100%, Frequência cardíaca 30-250 bpm, Precisão $\pm 2\%$, Bateria 30 horas, Peso <50g, Registro ANVISA	2	6.262,00	12.524,00
40	Reanimador Pulmonar Manual Adulto (Ambu)	Volume 1500ml, Máscara tamanho adulto, Válvula PEEP, Peso <500g, Registro ANVISA	4	380,00	1.520,00
41	Reanimador Pulmonar Manual Pediátrico (Ambu)	Volume 500ml, Máscara tamanho pediátrico, Válvula PEEP, Peso <300g, Registro ANVISA	4	284,00	1.136,00
42	TENS - Estimulador Transcutâneo	Canais 2, Frequência 2-150Hz, Intensidade 0-80mA, Duração de pulso 20-400 μ s, Bateria 30 horas, Peso <200g, Registro ANVISA	10	1.743,00	17.430,00
43	TENS e FES	Canais 4, Frequência 2-150Hz, Modo TENS/FES/Combinado, Intensidade 0-100mA, Bateria 40 horas, Peso <250g, Registro ANVISA	6	1.757,00	10.542,00
44	Transluminador Cutâneo (Venoscópio)	LED infravermelha 850nm, Profundidade visualização 10mm, Bateria 8 horas, Peso <300g, Registro ANVISA	8	1.637,00	13.096,00
45	Ultrassom Diagnóstico Portátil para Telessaúde	Frequência 2-18MHz, Resolução axial 0,5mm, Profundidade até 30cm, Conectividade WiFi/Bluetooth, Bateria 8 horas, Registro ANVISA	2	41.933,00	83.866,00



LOTE 1: EQUIPAMENTOS E SISTEMAS MÉDICO-HOSPITALARES

ITEM	NOME	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	QTD.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
46	Ultrassom Odontológico	Frequência 25-40kHz, Potência 20-100W, Modo limpeza/desincrustação, Bateria 4 horas, Peso <1kg, Registro ANVISA	4	4.787,00	19.148,00
47	Ultrassom para Fisioterapia	Frequência 1MHz/3MHz, Potência 0,5-2W/cm², Modo contínuo/pulsado, Bateria 8 horas, Peso <2kg, Registro ANVISA	10	2.053,00	20.530,00
48	Termômetro Clínico	Faixa 35-42°C, Precisão ±0,1°C, Tempo leitura <10s, Bateria 2 anos, Peso <50g, Certificação INMETRO	10	223,00	2.230,00
49	Unidade Auxiliar com Sugador	Potência motor 1/3 HP, Vazão 100L/min, Ruído <75dB, Conectividade 110/220V, Peso <5kg, Registro ANVISA	4	1.301,00	5.204,00
VALOR TOTAL DO LOTE 1					1.078.445,76

LOTE 2: INFRAESTRUTURA HOSPITALAR

ITEM	NOME	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	QTD.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
50	Andador	Altura ajustável 0,80-1,05m, Rodas pneumáticas 0,15m, Capacidade 100kg, Material alumínio, Peso <5kg	6	207,00	1.242,00
51	Ar-Condicionado	Capacidade 12000-18000 BTU/h, Eficiência A, Refrigerante R-410A, Consumo <1200W, Ruído <22dB, Certificação INMETRO	100	2.307,00	230.700,00



LOTE 2: INFRAESTRUTURA HOSPITALAR

ITEM	NOME	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	QTD.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
52	Armário	Dimensões 1,80m x 0,80m x 0,40m, 3 portas, Material MDF, Prateleiras ajustáveis, Capacidade 50kg por prateleira	130	1.486,19	193.204,70
53	Armário em Aço Inox para CME	Dimensões 2,0m x 1,0m x 0,60m, 2 portas, Material aço inoxidável, Prateleiras 4, Capacidade 100kg por prateleira, Peso <50kg	10	9.160,00	91.600,00
54	Armário Vitrine	Dimensões 1,50m x 0,60m x 0,40m, Portas vidro temperado, Material MDF, Prateleiras 3, Capacidade 30kg por prateleira	30	1.742,00	52.260,00
55	Arquivo	Dimensões 1,30m x 0,50m x 0,40m, 4 gavetas, Material MDF, Capacidade 20kg por gaveta, Peso <30kg	40	2.283,00	91.320,00
56	Balde a Pedal	Capacidade 20L, Material polipropileno, Pedal aço inoxidável, Altura 0,40m, Peso <2kg	86	345,00	29.670,00
57	Balde/ Liveira	Capacidade 10-20L, Material polipropileno, Alças reforçadas, Peso <1kg	52	96,00	4.992,00
58	Banqueta	Altura 0,45m, Assento 0,30m x 0,30m, Material MDF, Estrutura aço, Peso <5kg	12	561,00	6.732,00
59	Bebedouro/ Purificador Refrigerado	Capacidade 20L, Temperatura 5-10°C, Vazão 10L/h, Consumo <400W, Filtro trocável 6 meses, Peso <15kg	24	1.091,00	26.184,00
60	Cadeira	Altura assento 0,45m, Encosto 0,40m, Material MDF, Estrutura aço tubular, Peso <5kg	250	235,00	58.750,00



LOTE 2: INFRAESTRUTURA HOSPITALAR

ITEM	NOME	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	QTD.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
61	Cadeira de Rodas Adulto	Largura assento 0,45m, Altura encosto 0,45m, Rodas pneumáticas 0,35m, Peso máximo 120kg, Freios de mão	6	1.198,00	7.188,00
62	Cadeira de Rodas para Obeso	Largura assento 0,50m, Altura encosto 0,50m, Rodas pneumáticas 0,35m, Peso máximo 200kg, Freios de mão, Peso <25kg	6	2.346,00	14.076,00
63	Cadeira de Rodas Pediátrica	Largura assento 0,35m, Altura encosto 0,40m, Rodas pneumáticas 0,30m, Peso máximo 80kg, Freios de mão, Peso <15kg	6	1.753,00	10.518,00
64	Cadeira para Obeso	Largura assento 0,60m, Altura encosto 0,50m, Rodas pneumáticas 0,35m, Peso máximo 200kg, Freios de mão, Peso <30kg	26	2.064,00	53.664,00
65	Cadeira para Coleta de Sangue	Altura ajustável 0,40-0,60m, Encosto reclinável 0-180°, Braços fixos, Material MDF, Peso <15kg	8	592,00	4.736,00
66	Destilador de Água	Capacidade 4L/h, Consumo 1500W, Temperatura saída <50°C, Filtro carvão, Peso <5kg, Certificação INMETRO	2	2.265,00	4.530,00
67	Divã	Dimensões 1,80m x 0,80m x 0,75m, Estofado, Estrutura madeira, Capacidade 150kg, Peso <30kg	4	1.140,00	4.560,00



LOTE 2: INFRAESTRUTURA HOSPITALAR					
ITEM	NOME	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	QTD.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
68	Estante	Altura 2,0m, Profundidade 0,40m, Largura 1,0m, 5 prateleiras, Material aço carbono, Capacidade 100kg por prateleira	100	688,00	68.800,00
69	Exaustor de Ar Industrial	Vazão 500-1000 m³/h, Potência 1/2 HP, Ruído <75dB, Diâmetro saída 0,30m, Peso <5kg	6	1.504,00	9.024,00
70	Fogão	Queimadores 4, Potência 6000W, Dimensões 0,60m x 0,60m, Material aço inoxidável, Peso <30kg	6	2.174,00	13.044,00
71	Geladeira/Refrigerador	Capacidade 300-400L, Temperatura 2-8°C, Consumo <300W, Prateleiras vidro temperado, Peso <50kg, Certificação INMETRO	20	2.369,00	47.380,00
72	Grupo Gerador (8 a 100 KVA)	Potência 100KVA, Motor diesel 4 cilindros, Consumo 25L/h, Ruído <75dB, Autonomia 8 horas, Peso <500kg	2	108.060,00	216.120,00
73	Grupo Gerador Portátil (até 7 KVA)	Potência 7KVA, Motor gasolina 4 tempos, Consumo 2L/h, Ruído <70dB, Autonomia 8 horas, Peso <90kg	10	11.375,00	113.750,00
74	Mesa Auxiliar	Dimensões 0,60m x 0,60m x 0,75m, Tampo vidro temperado, Estrutura aço inoxidável, Capacidade 20kg	4	798,00	3.192,00
75	Mesa de Escritório	Dimensões 1,20m x 0,60m x 0,75m, Tampo MDF, Estrutura aço tubular, Capacidade 50kg, Peso <20kg	20	933,00	18.660,00



LOTE 2: INFRAESTRUTURA HOSPITALAR

ITEM	NOME	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	QTD.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
76	Mesa de Exames	Dimensões 1,80m x 0,80m x 0,75m, Tampo maca estofada, Estrutura aço, Altura ajustável, Capacidade 200kg	26	3.287,00	85.462,00
77	Mesa de Reunião	Dimensões 2,0m x 1,0m x 0,75m, Tampo MDF, Estrutura aço tubular, Capacidade 100kg, Peso <30kg	8	584,00	4.672,00
78	Mesa Ginecológica	Dimensões 1,60m x 0,80m x 0,75m, Estribos ajustáveis, Altura regulável, Material aço inoxidável, Peso <50kg	12	1.839,00	22.068,00
79	Mesa Computador para	Dimensões 1,20m x 0,60m x 0,75m, Tampo em MDF revestido, Estrutura em aço tubular, Capacidade de carga 50kg, Acabamento em pintura epóxi	20	340,00	6.800,00
80	Mesa para Impressora	Dimensões 0,80m x 0,60m x 0,75m, Tampo MDF, Estrutura aço, Capacidade 30kg, Peso <10kg	8	214,00	1.712,00
81	Mesa para Refeitório	Dimensões 1,80m x 0,80m x 0,75m, Tampo MDF revestido, Estrutura aço tubular, Capacidade 100kg	12	1.442,00	17.304,00
82	Mocho	Altura 0,45-0,65m, Assento 0,30m diâmetro, Material polipropileno, Rodas giratórias, Peso <3kg	4	677,00	2.708,00
83	Negatoscópio	Dimensões 0,70m x 0,50m, Luminosidade 3000 lux, LED branco 4000K, Consumo <50W, Peso <5kg	8	1.078,00	8.624,00



LOTE 2: INFRAESTRUTURA HOSPITALAR

ITEM	NOME	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	QTD.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
84	Ventilador de Teto/ Parede	Potência 60W, Velocidade 3 níveis, Diâmetro pás 1,20m, Ruído <50dB, Consumo <100W, Certificação INMETRO	12	333,00	3.996,00
VALOR TOTAL DO LOTE 2					1.529.242,89

LOTE 3: TECNOLOGIA, INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO

ITEM	NOME	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	QTD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
85	Aparelho de DVD	Resolução 720p, Conexão HDMI/RCA, Suporte DVD/CD, Peso <1kg, Certificação INMETRO	2	277,00	554,00
86	Câmera de Videoconferência	Resolução 1080p Full HD, Sensor CMOS 1/2.7", Campo visual 90°, Zoom digital 4x, Conectividade USB 2.0/3.0, Microfone integrado, Peso <200g	18	1.780,00	32.040,00
87	Computador (Desktop-Avançado)	Processador Intel Core i7/AMD Ryzen 7, 16GB RAM DDR4, SSD 512GB, Placa de Vídeo dedicada 2GB, Fonte 500W, Conectividade Gigabit Ethernet e WiFi 6, Suporte para 2 monitores, Certificação INMETRO	20	7.211,00	144.220,00
88	Computador (Desktop-Básico)	Processador Intel Core i5/AMD Ryzen 5, 8GB RAM DDR4, SSD 256GB, Placa de Vídeo integrada, Fonte 300W, Conectividade Gigabit Ethernet, Certificação INMETRO	20	4.136,00	82.720,00



LOTE 3: TECNOLOGIA, INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO

ITEM	NOME	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	QTD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
89	Computador Portátil (Notebook)	Processador Intel Core i5/AMD Ryzen 5, 8GB RAM DDR4, SSD 256GB, Tela 15.6" HD, Bateria 6-8 horas, Peso <2kg, Conectividade WiFi 5/6 e Bluetooth 5.0, Certificação INMETRO	70	4.277,00	299.390,00
90	Computador Servidor (Apenas Servidor Básico de Entrada)	Processador Xeon dual-core, 16GB RAM ECC, HD 2TB SATA, Fonte redundante 500W, Conectividade Gigabit Ethernet dupla, Suporte RAID, Certificação INMETRO	10	12.318,00	123.180,00
91	Computador Servidor (Servidores de Médio e Grande Porte)	Processador Xeon quad-core ou superior, 32GB RAM ECC, SSD 1TB + HD 4TB, Fonte redundante 800W, Conectividade Gigabit Ethernet dupla, Suporte RAID 5/6, Certificação INMETRO	5	41.548,00	207.740,00
92	Estabilizador de Tensão/Módulo Isolador (Para Computador)	Capacidade 1000VA, Regulação $\pm 10\%$, Tempo de resposta <10ms, Saídas 4x, Proteção contra surtos, Certificação INMETRO	6	576,00	3.456,00
93	Impressoras Laser (Comum)	Velocidade 30-40 ppm, Resolução 600 dpi, Conectividade USB/Ethernet, Consumo <500W, Peso <20kg	20	3.449,00	68.980,00
94	Impressoras Laser Multifuncional (copiadora, scanner e fax opcional)	Velocidade 30-40 ppm, Resolução 600 dpi, Funções cópia/impressão/scanner/fax, Conectividade USB/Ethernet, Consumo <800W	30	5.863,00	175.890,00



LOTE 3: TECNOLOGIA, INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO

ITEM	NOME	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	QTD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
95	Microfone	Tipo dinâmico ou condensador, Frequência 50-20000Hz, Impedância 200-600Ω, Sensibilidade -35dBV/Pa, Conectividade XLR/USB, Peso <300g	10	151,00	1.510,00
96	No-Break (Para Computador/Impressora)	Capacidade 1500VA/900W, Tempo de autonomia 15-20 min, Entrada 110/220V automática, Saídas com proteção contra surtos, Bateria selada 12V/9Ah, Certificação INMETRO	50	1.136,00	56.800,00
97	Projektor Multimídia (Datashow)	Brilho 3500-4000 ANSI lumens, Resolução nativa 1024x768 (XGA), Contraste 3000:1, Lâmpada 210W com vida útil 3000h, Conectividade HDMI/VGA/USB, Peso <3kg	10	2.870,00	28.700,00
98	Rack de Servidor	Altura 42U, Profundidade 600-800mm, Capacidade de carga 500kg, Estrutura em aço carbono, Acabamento em pintura epóxi, Ventilação frontal/traseira	4	2.720,00	10.880,00
99	Roteador (LAN)	Padrão 802.11ac (WiFi 5) ou superior, Velocidade até 1300Mbps, Portas Gigabit Ethernet 4x, Cobertura 150m², Potência transmissão 20dBm, Certificação ANATEL	8	711,00	5.688,00



LOTE 3: TECNOLOGIA, INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO

ITEM	NOME	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	QTD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
100	Tablet	Tela 10", Processador Qualcomm Snapdragon 870 ou equivalente, 4GB RAM, 64GB armazenamento, Bateria 7000mAh, Conectividade WiFi 6 e Bluetooth 5.0, Câmera 8MP frontal/12MP traseira, Certificação INMETRO	100	3.997,31	399.731,00
101	Tela de Projeção	Dimensões 2,0m x 1,5m, Tela em material retardante de chama, Suporte de parede ajustável, Ângulo de visão 160°, Peso <5kg	10	983,00	9.830,00
102	Televisor	Tela 50", Resolução Full HD 1920x1080, Conectividade Smart TV (WiFi/Ethernet), Entrada HDMI dupla, Entrada USB, Consumo energético <80W, Certificação INMETRO	10	1.586,00	15.860,00
VALOR TOTAL DO LOTE 3					1.667.177,96

LOTE 4: EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E CONSULTÓRIOS

ITEM	NOME	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	QTD.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
103	Amalgamador Odontológico	Velocidade 3600 RPM, Tempo de mistura 3-10s, Capacidade 1 cápsula, Potência 300W, Ruído <75dB, Registro ANVISA	4	1.618,00	6.472,00
104	Aparelho de Raios X - Odontológico	Tensão 60-90kVp, Corrente 7-10mA, Tempo exposição 0,1-1,6s, Distância foco-objeto 30cm, Proteção radiológica chumbo 2mm, Registro ANVISA	4	11.855,00	47.420,00



LOTE 4: EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E CONSULTÓRIOS

ITEM	NOME	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	QTD.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
105	Bomba à Vácuo Odontológica	Vazão 100-150L/min, Pressão - 0,8 bar, Potência 1/3 HP, Ruído <75dB, Conectividade 110/220V, Registro ANVISA	6	4.610,00	27.660,00
106	Braçadeira para Injeção	Comprimento 0,40m, Material nylon/velcro, Pressão ajustável, Peso <50g	18	232,00	4.176,00
107	Cadeira Odontológica Completa	Altura ajustável 45-65cm, Encosto reclinável 0-180°, Banqueta giratória integrada, Refletor LED 12W, Sugador e seringa ar-água, Registro ANVISA	6	25.853,00	155.118,00
108	Câmera Escura Odontológica	Dimensões 0,60m x 0,40m x 0,30m, Material aço inoxidável, Luz vermelha 15W, Seguro para filme radiológico, Peso <2kg	6	309,00	1.854,00
109	Compressor Odontológico	Vazão 100-150L/min, Pressão 8 bar, Potência 2 HP, Ruído <80dB, Conectividade 110/220V, Registro ANVISA	8	4.527,00	36.216,00
110	Consultório Odontológico Portátil	Cadeira portátil, Refletor LED, Sugador portátil, Seringa ar-água, Mala de transporte, Peso <20kg, Registro ANVISA	4	22.879,00	91.516,00
111	Equipo Odontológico Cart.	Carrinho com 4 rodas giratórias, Gavetas 3-4, Dimensões 0,60m x 0,40m x 0,80m, Capacidade de carga 30kg, Material aço inoxidável	8	3.171,00	25.368,00
112	Refletor Odontológico	Potência LED 12W, Temperatura cor 5000-6500K, Intensidade luminosa 10000 lux, Braço articulado 0,80m, Peso <1kg, Registro ANVISA	6	4.979,00	29.874,00



LOTE 4: EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E CONSULTÓRIOS					
ITEM	NOME	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	QTD.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
113	Carro de Curativos	Dimensões 0,60m x 0,40m x 0,80m, 3 gavetas, Material aço inoxidável, Rodas giratórias travadas, Peso <8kg	4	1.229,00	4.916,00
114	Carro de Emergência	Dimensões 0,60m x 0,40m x 1,0m, 5 gavetas, Material aço inoxidável, Rodas giratórias travadas, Peso <20kg	2	5.046,00	10.092,00
115	Carro Maca Simples	Dimensões 2,0m x 0,80m x 1,0m, Maca estofada, Rodas giratórias, Freios, Capacidade 200kg, Peso <40kg	4	3.866,00	15.464,00
116	Carro para Material de Limpeza	Dimensões 0,80m x 0,50m x 1,00m, 3 compartimentos, Material polipropileno, Rodas giratórias, Capacidade 50kg	12	1.273,00	15.276,00
117	Carro para Transporte de Materiais (diversos)	Dimensões 1,0m x 0,60m x 1,0m, 3 prateleiras, Material aço inoxidável, Rodas giratórias, Capacidade 100kg	12	5.728,00	68.736,00
118	Foco Refletor Ambulatorial	Potência LED 12W, Temperatura cor 5000K, Intensidade 10000 lux, Braço 0,80m, Peso <1kg	12	784,00	9.408,00
119	Lanterna Clínica	Potência LED 3W, Temperatura cor 5000K, Bateria 20 horas, Peso <100g	16	68,00	1.088,00
120	Martelo de Reflexo	Comprimento 0,25m, Peso <100g, Material aço inoxidável	4	84,00	336,00
VALOR TOTAL DO LOTE 4					550.901,38



LOTE 5: ESTERILIZAÇÃO, LIMPEZA, HIGIENE E MATERIAIS COMPLEMENTARES

ITEM	NOME	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	QTD.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
121	Autoclave Horizontal de Mesa (até 75 litros)	Capacidade 75L, Temperatura 121-134°C, Pressão 1,5-2,0 bar, Ciclo 20-30min, Consumo 2000W, Registro ANVISA	18	5.958,00	107.244,00
122	Bicicleta	Tipo ergométrica, Altura 1,0-1,80m, Resistência 8 níveis, Peso máximo 150kg, Peso <30kg	2	833,00	1.666,00
123	Biombo	Altura 1,80m, Largura 0,80m, 3 painéis, Material MDF, Estrutura aço, Peso <10kg	22	902,00	19.844,30
124	Forno de Micro-ondas	Capacidade 20L, Potência 800W, Frequência 2450MHz, Tempo 1-30min, Peso <10kg, Certificação INMETRO	8	794,00	6.352,00
125	Fotopolimerizador de Resinas	Potência LED 1200mW/cm², Comprimento onda 380-500nm, Bateria 8 horas, Peso <200g, Registro ANVISA	6	1.312,00	7.872,00
126	Seladora	Largura selagem 0,30m, Temperatura 150-250°C, Tempo ciclo 2-5s, Potência 500W, Peso <3kg	10	1.134,00	11.340,00
127	Simetógrafo	Comprimento 1,0m, Precisão ±1cm, Material alumínio, Peso <500g	2	949,00	1.898,00
128	Suporte de Hamper	Capacidade 20-30 litros, Material aço inoxidável ou polipropileno, Dimensões 0,40m x 0,40m x 0,60m, Peso <2kg, Acabamento epóxi	10	525,00	5.250,00



LOTE 5: ESTERILIZAÇÃO, LIMPEZA, HIGIENE E MATERIAIS COMPLEMENTARES

ITEM	NOME	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	QTD.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
129	Suporte de Soro	Altura ajustável 1,60m-2,10m, Base com rodas giratórias travadas, Capacidade de carga 10kg, Material aço inoxidável, Peso <3kg	24	507,00	12.168,00
130	Espaldar em Madeira (Barra/ Escada de Ling)	Altura 2,0m, Barras 0,04m diâmetro, Material madeira, Espaçamento 0,20m, Peso <20kg	4	818,00	3.272,00
131	Escada com 2 degraus	Altura 0,40m, Degraus 0,30m x 0,30m, Material MDF, Estrutura aço, Capacidade 100kg, Peso <5kg	26	405,00	10.530,00
132	Escada com 3 degraus	Altura 0,60m, Degraus 0,30m x 0,30m, Material MDF, Estrutura aço, Capacidade 100kg, Peso <7kg	4	485,00	1.940,00
133	Escada Digital em Madeira para Reabilitação	Altura 0,30m, Degraus 0,20m x 0,20m, Material madeira, Peso <3kg, Capacidade 100kg	26	168,00	4.368,00
134	Estetoscópio Adulto	Tubo nylon 0,60m, Diafragma 0,04m, Peso <100g, Certificação INMETRO	2	413,00	826,00
135	Exercitador de Mãos e Dedos	Resistência 5 níveis, Mola aço inoxidável, Peso <200g	16	136,00	2.176,00
136	Leitor de Código de Barras	Tipo laser, Velocidade leitura 100 códigos/s, Conectividade USB, Peso <200g	12	318,00	3.816,00
137	Longarina	Comprimento 1,80m, Altura 0,45m, Assento estofado, Material MDF, Estrutura aço, Capacidade 150kg por assento	122	844,00	102.968,00
VALOR TOTAL DO LOTE 5					303.164,30



RESUMO CONSOLIDADO DOS 5 LOTES

Lote	Descrição	Qtd. Itens	Qtd. Unidades	Valor Total (R\$)	% do Total
1	Equipamentos e Sistemas Médico-Hospitalares	49	334	1.078.445,76	21,03%
2	Infraestrutura Hospitalar	35	1076	1.529.242,89	29,82%
3	Tecnologia, Informática e Comunicação	18	393	1.667.177,96	32,51%
4	Equipamentos Odontológicos e Consultórios	18	136	550.901,38	10,74%
5	Esterilização, Limpeza, Higiene e Materiais Complementares	17	314	303.164,30	5,91%
TOTAL		137	2.240	5.128.932,29	100%